

Territórios da Justiça: um mapa judiciário para o século XXI  
28 de Junho de 2006    Auditório da Culturgest - Lisboa

# O Ordenamento do Território Nacional: Desafios para a Justiça

***José Manuel Simões***

*Geógrafo e Urbanista*

*Professor e Investigador da Universidade de Lisboa*

*Consultor de Planeamento Territorial*

Uma ideia consensual?!

*o território mudou significativamente,  
o mapa judiciário deve acompanhar tal mudança.*

## 3 tópicos de uma reflexão:

1. O que mudou no território?
2. Porque deve mudar o mapa judiciário?
3. Como deve mudar o mapa judiciário?

# 1. O que mudou no território?

# 1. O que mudou no território?

## MARCAS DE UM PROCESSO EVOLUTIVO

	<i>Tendências de Estruturação Territorial</i>
<b>Até 1950</b>	<b>Oposição Norte / Sul</b>
<b>1960 a 1990</b>	<b>Oposição Litoral / Interior Urbanização e Suburbanização</b>
<b>Pós 1990</b>	<b>Oposição Regiões Urbanas Funcionais / Espaços não Integrados em Dinâmicas Urbanas</b>

Fonte: João Ferrão (2005)

## 1. O que mudou no território?

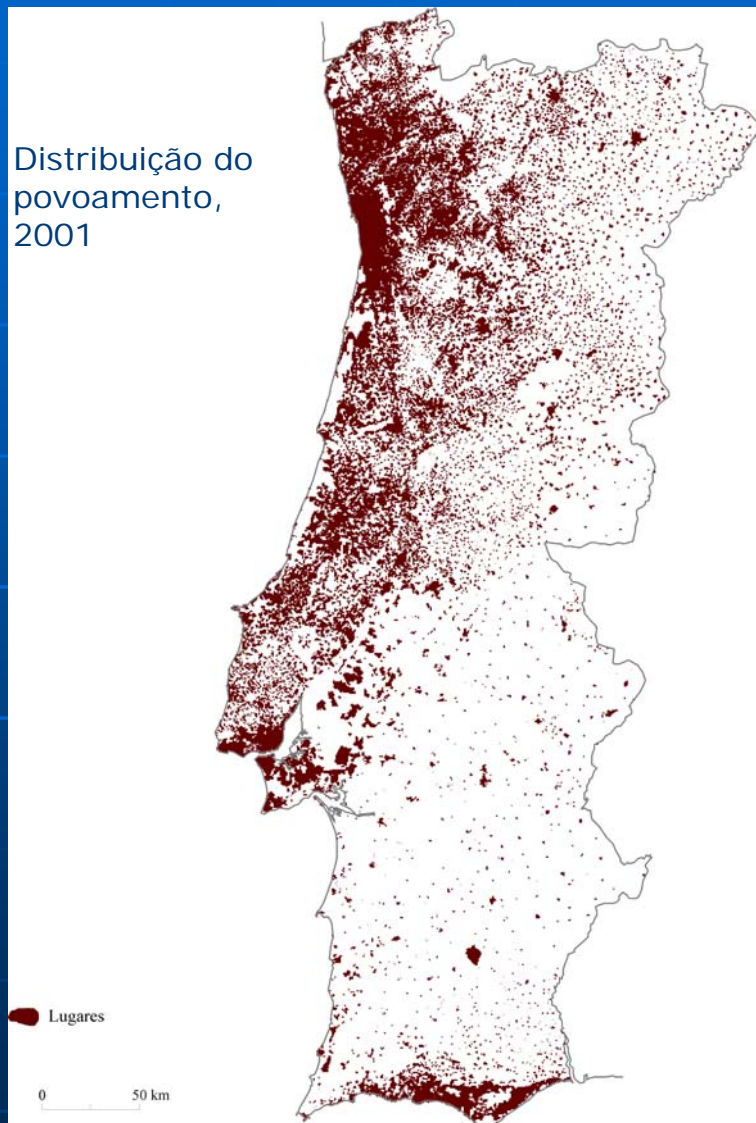
# TENDÊNCIAS PESADAS DO MAPA ACTUAL DO PAÍS

- Litoralização do povoamento
- Urbanização
- Metropolização e bipolarização do sistema urbano
- Interdependências territoriais intensas
- Bacias de emprego alargadas
- Desigualdades intra-regionais e segregação espacial dos diferentes grupos sociais

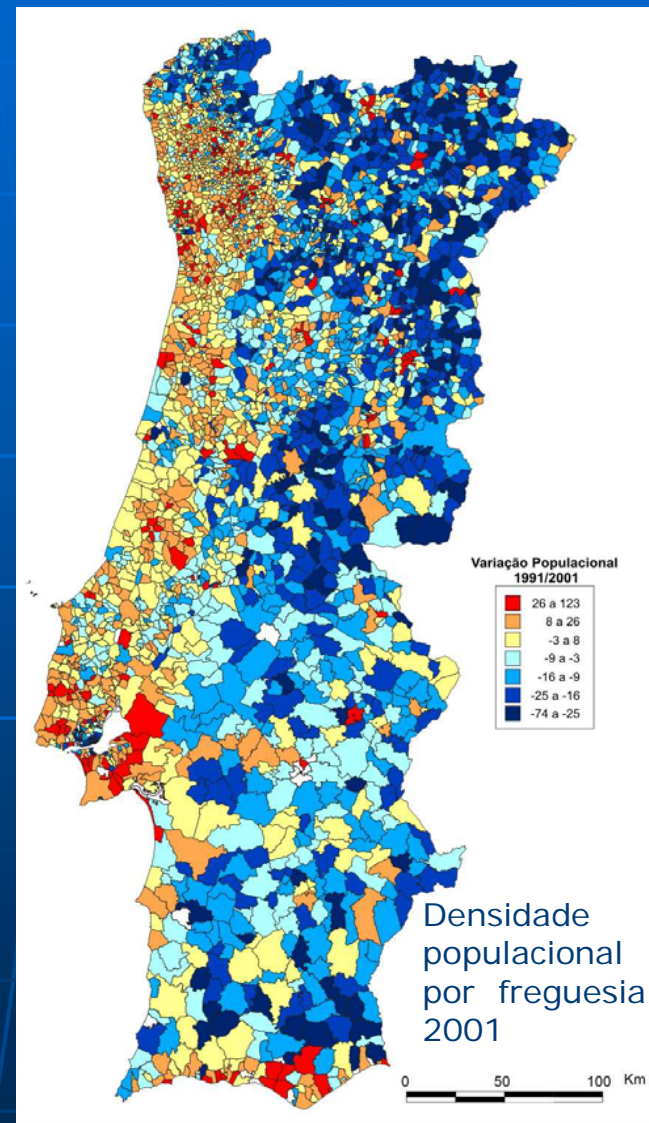
Fonte: Adaptado de Jorge Gaspar (1986)

# 1. O que mudou no território?

## Da litoralização do povoamento



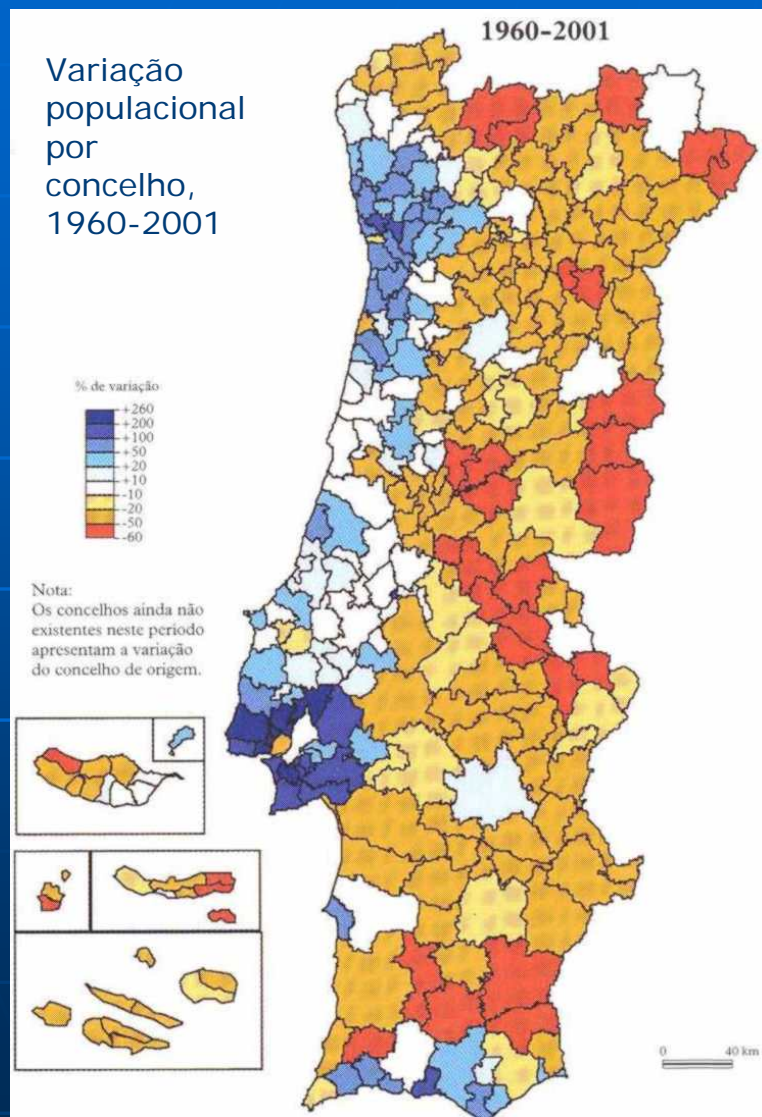
Fonte: PNPT



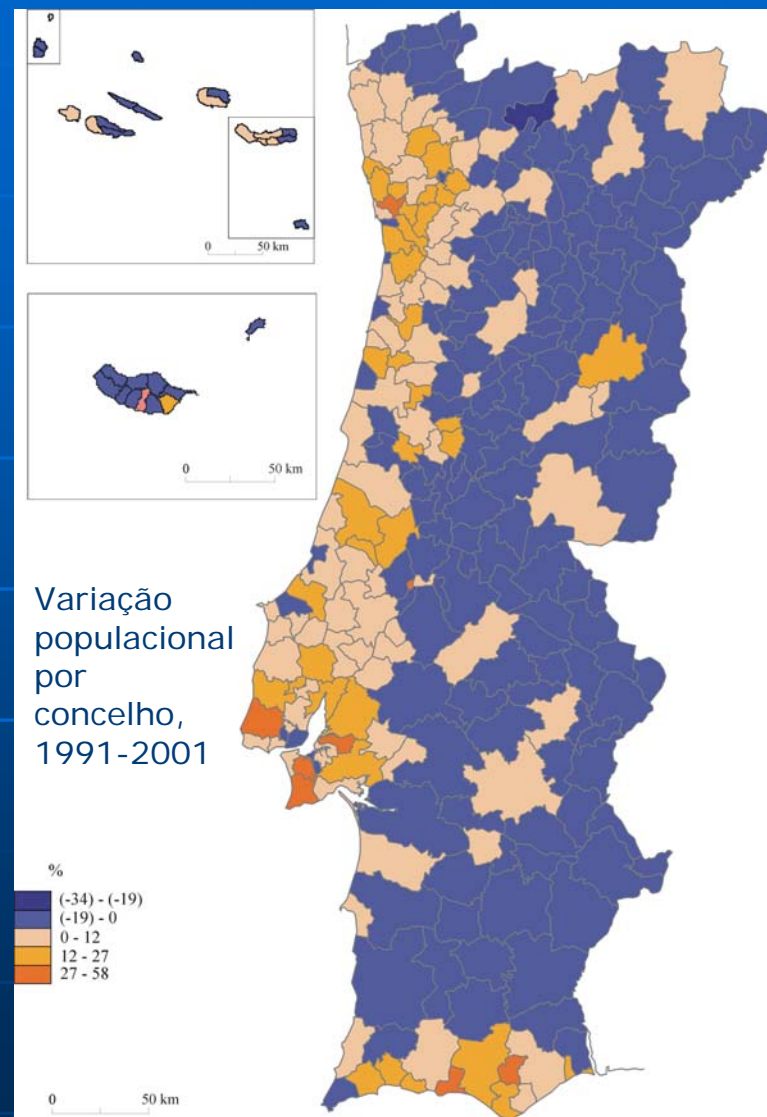
Fonte: PNPT

# 1. O que mudou no território?

- Da litoralização do povoamento



Fonte: João Ferrão (2005)



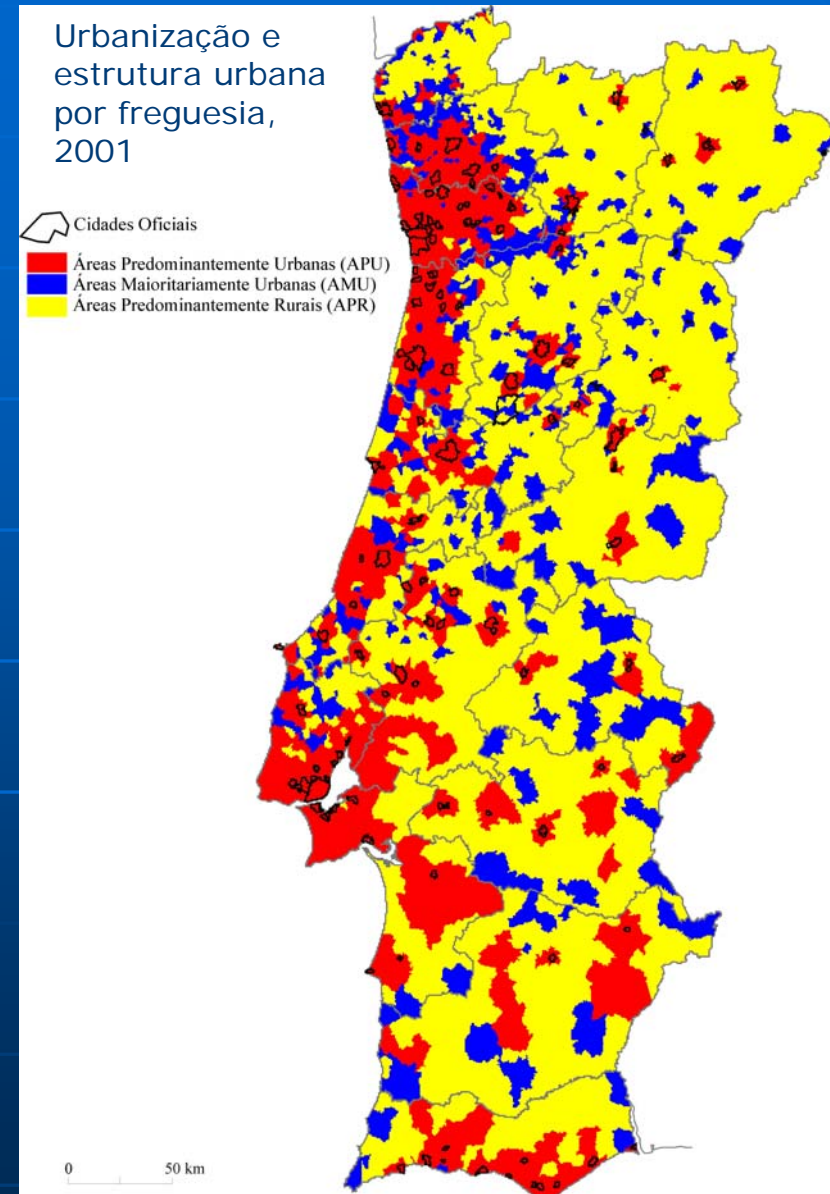
Fonte: João Ferrão (2005)



# 1. O que mudou no território?

Da urbanização, metropolização e bipolarização do sistema urbano

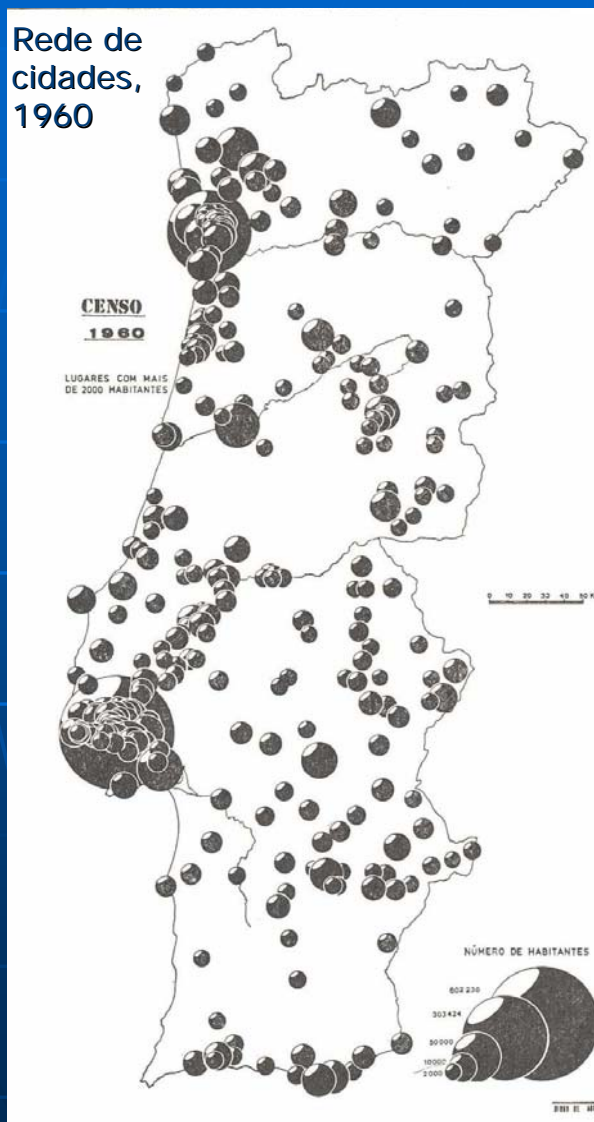
APU – 67% em 1991  
78% em 2001



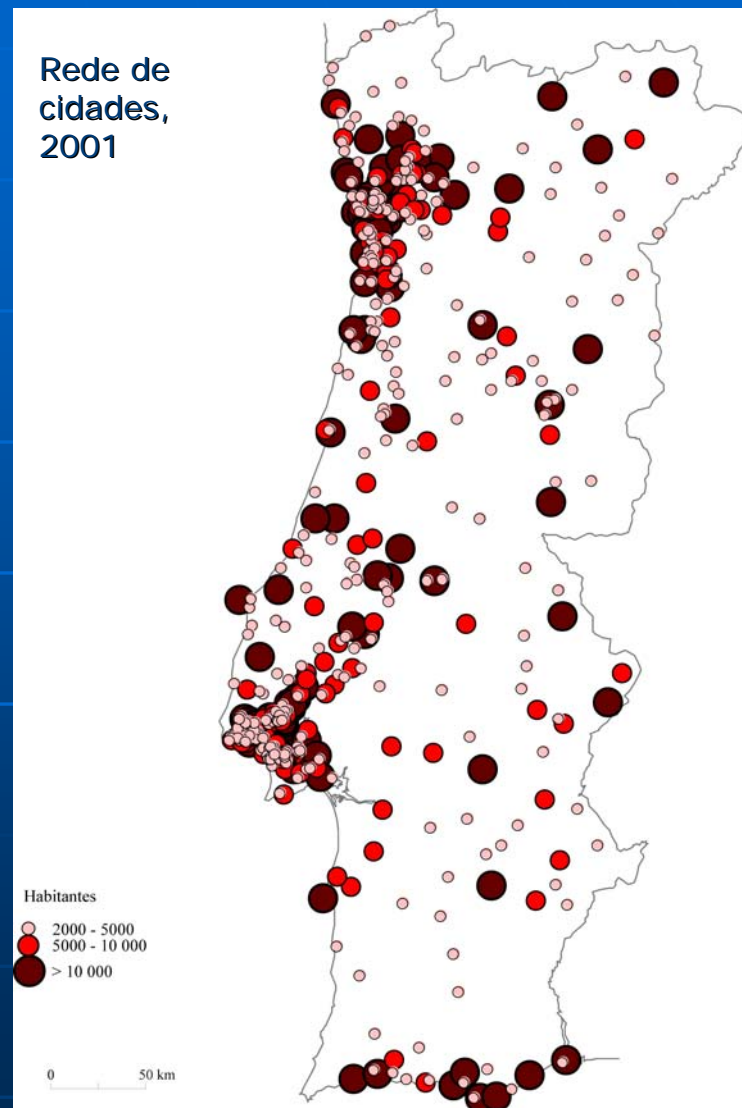
Fonte: PNPOT

# 1. O que mudou no território?

Da urbanização, metropolização e bipolarização do sistema urbano



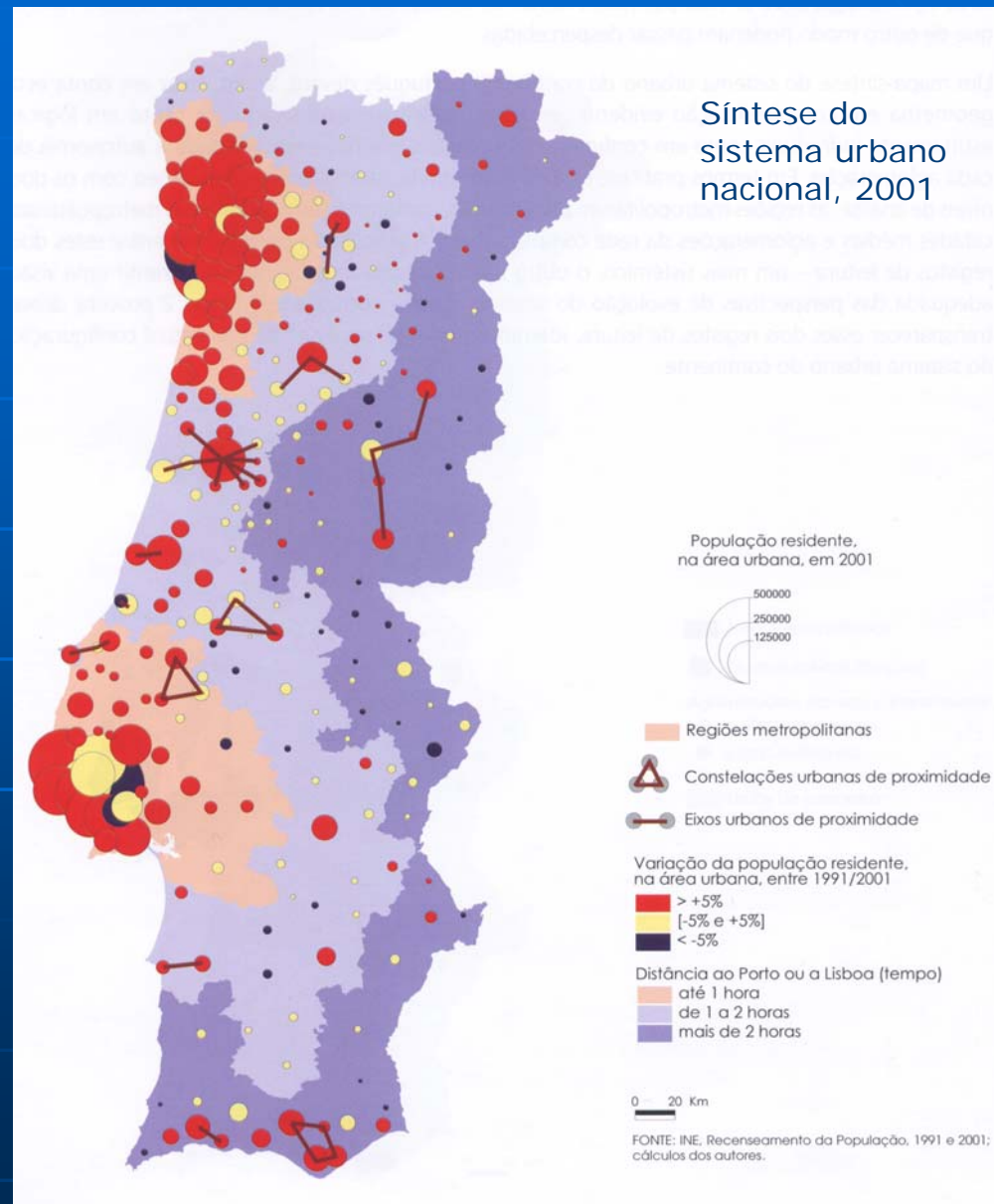
Fonte: Diogo Abreu, 1980



Fonte: PNPOT

# 1. O que mudou no território?

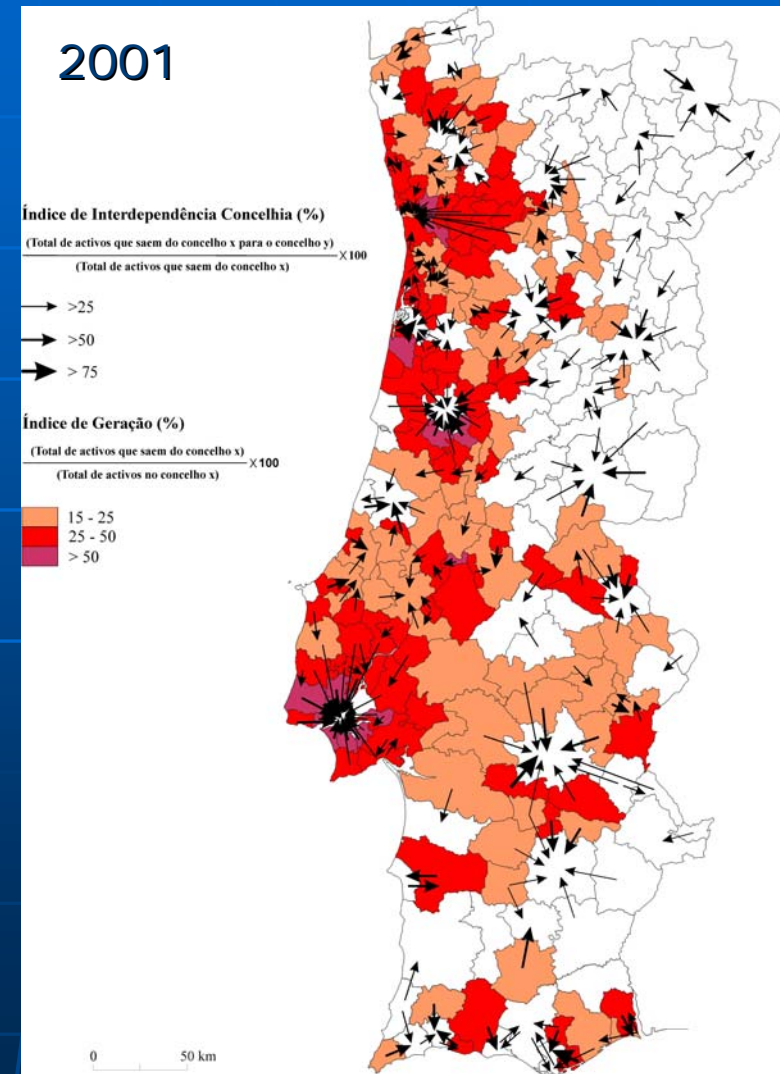
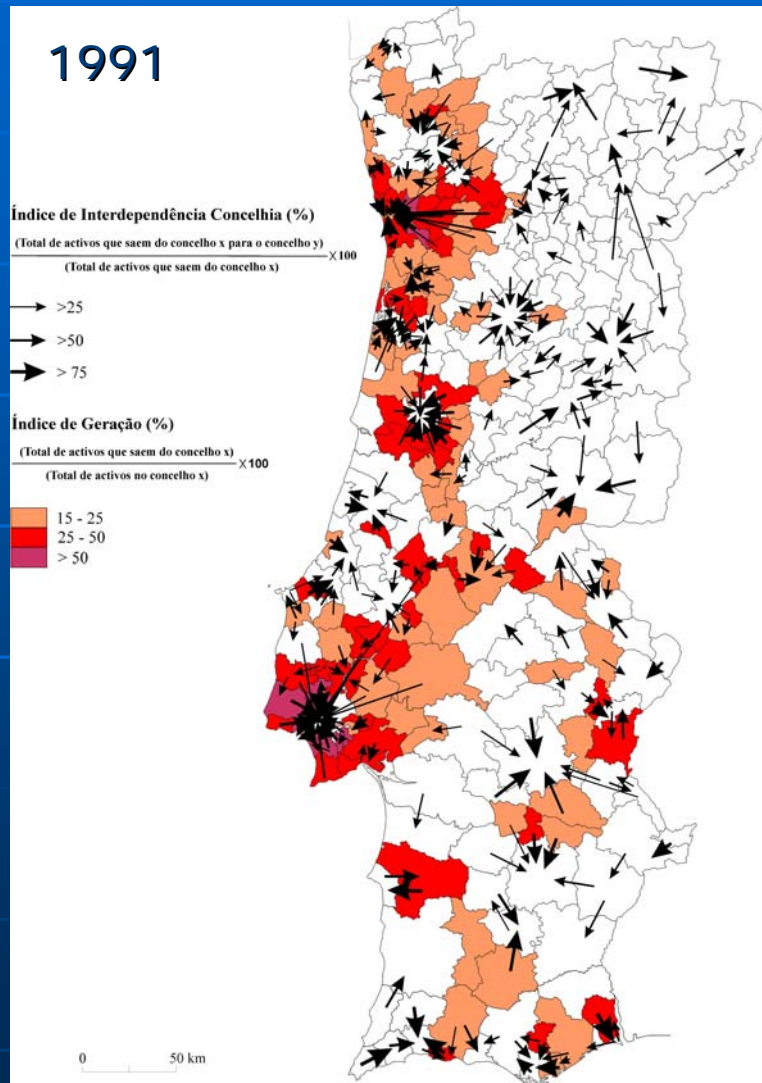
Da urbanização, metropolização e bipolarização do sistema urbano



Fonte: DGOTDU, 1997

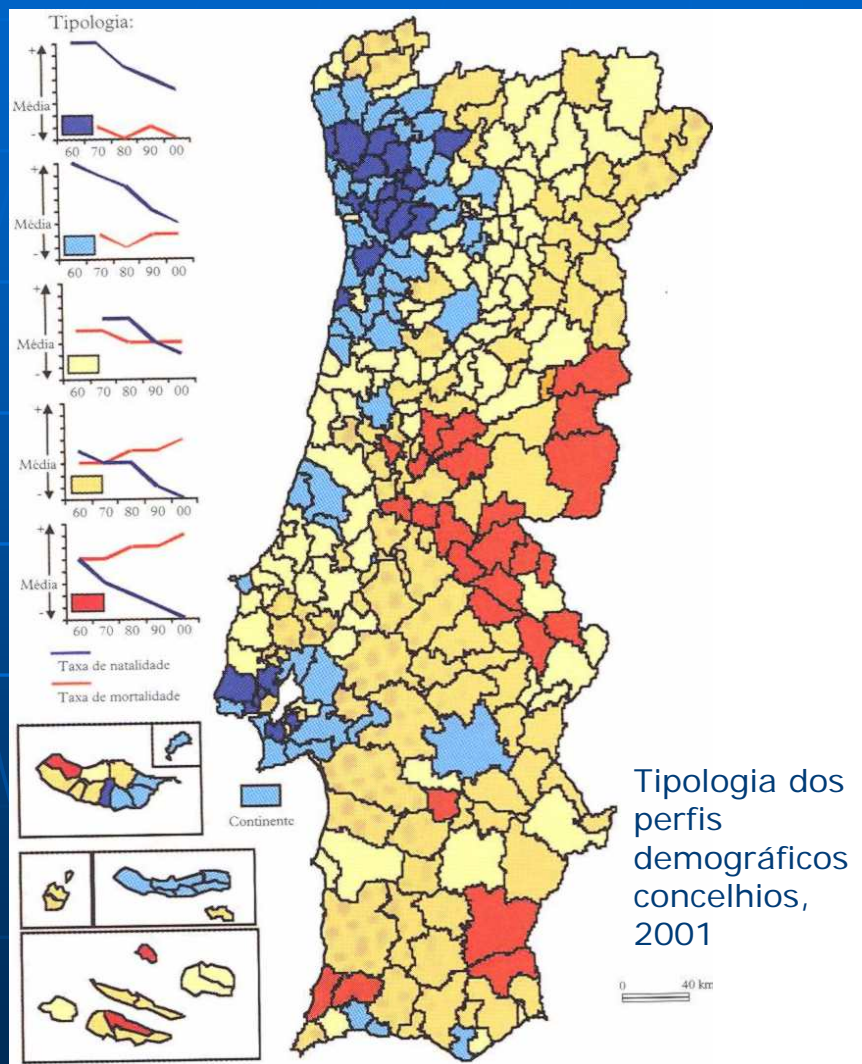
# 1. O que mudou no território?

Das interdependências territoriais intensas e das bacias de emprego alargadas

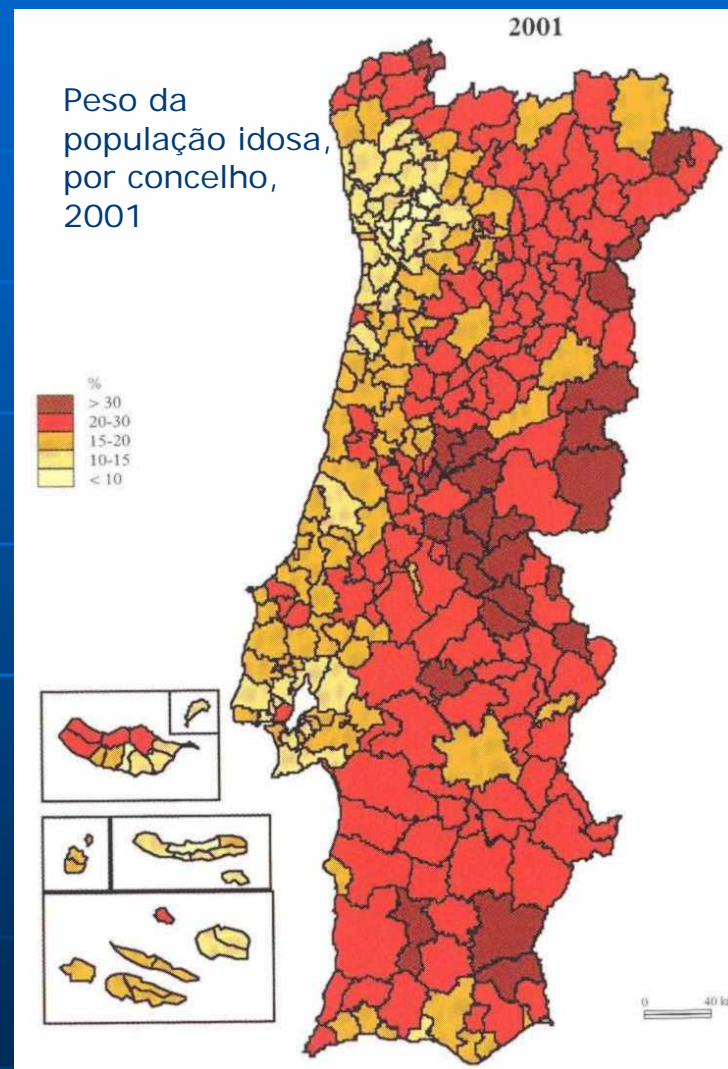


# 1. O que mudou no território?

Das desigualdades intra-regionais e da segregação espacial dos diferentes grupos sociais



Fonte: João Ferrão (2005)



Fonte: João Ferrão (2005)

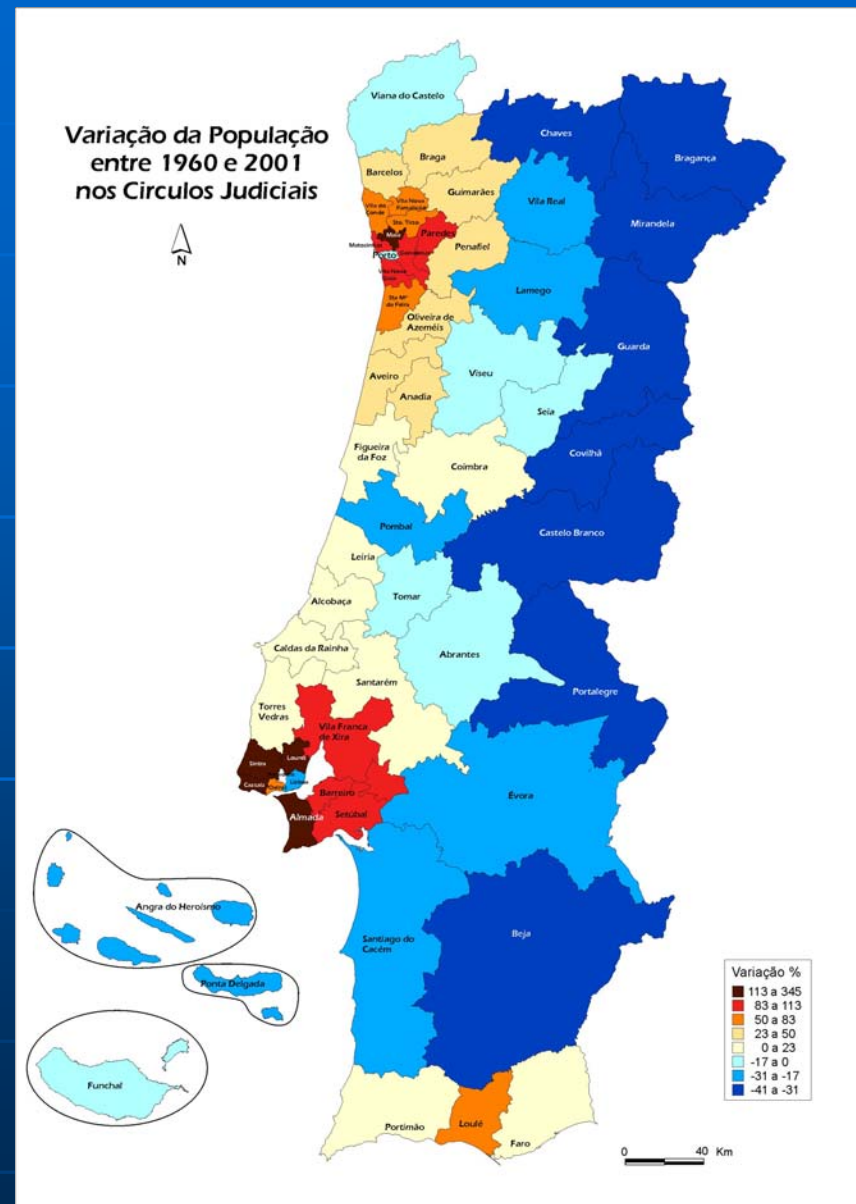
## 2. Porque deve mudar o mapa judiciário?

### 3 Razões que podem justificar a mudança:

- Porque o mapa judiciário está excessivamente desfazado da nova realidade territorial do país
- Porque o mapa judiciário está desajustado face ao movimento processual existente, favorecendo a emergência de assimetrias de eficiência
- Porque a geometria variável da administração pública pode prejudicar a gestão estratégica e integrada do território

## 2. Porque deve mudar o mapa judiciário?

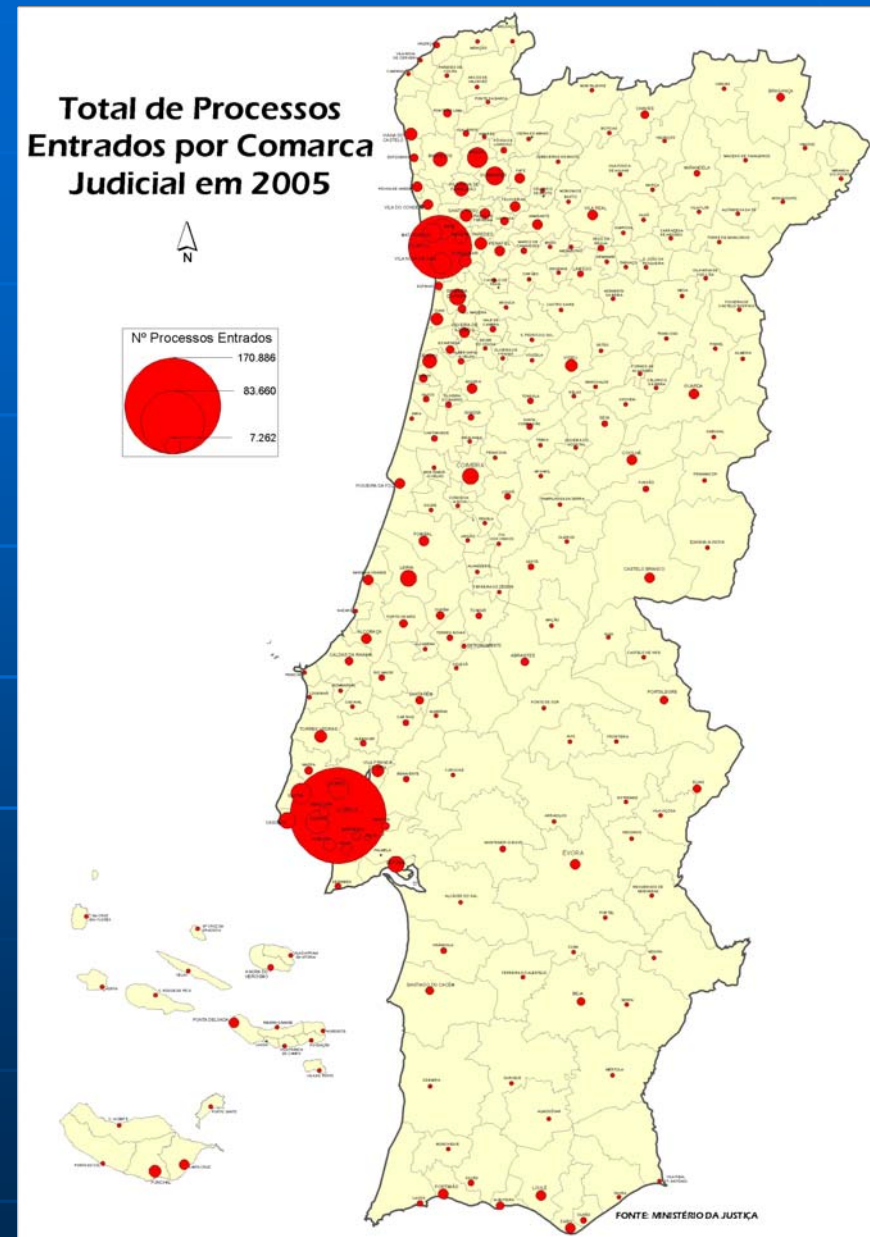
Porque o mapa judiciário está excessivamente desfazado da nova realidade territorial do país





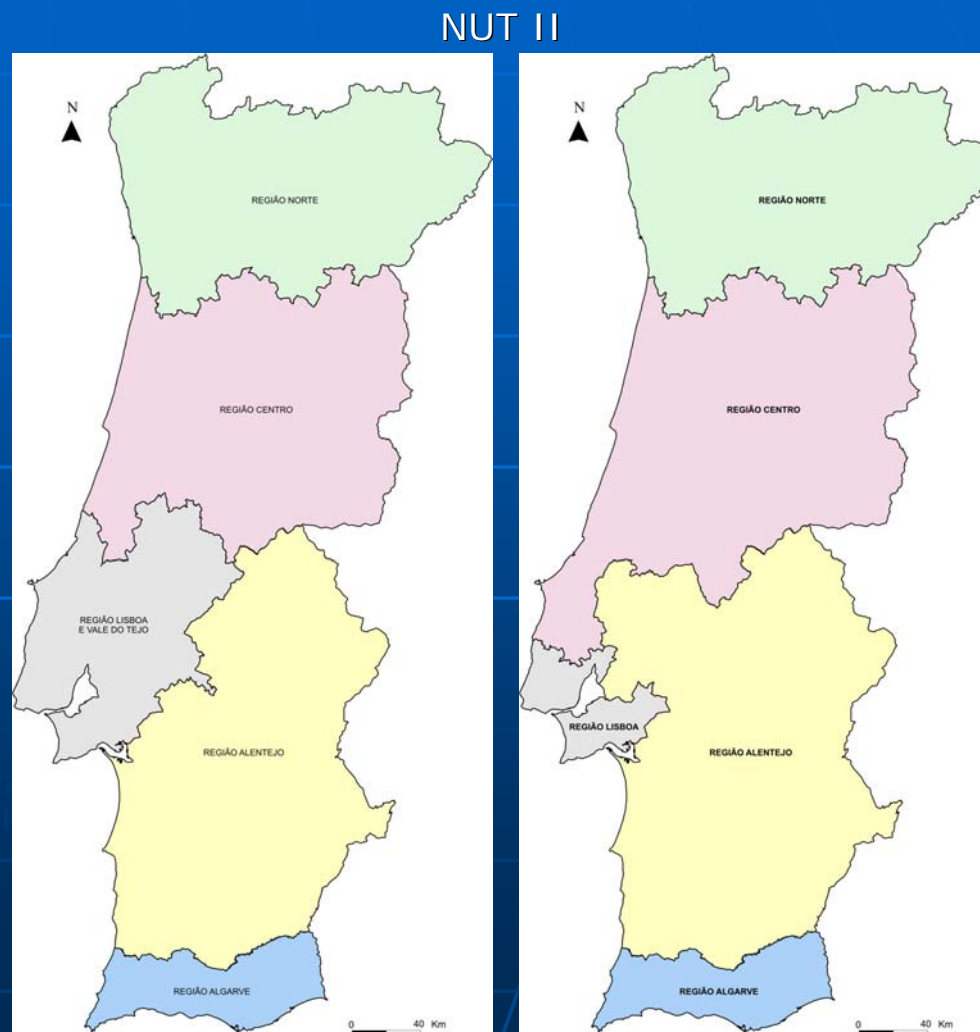
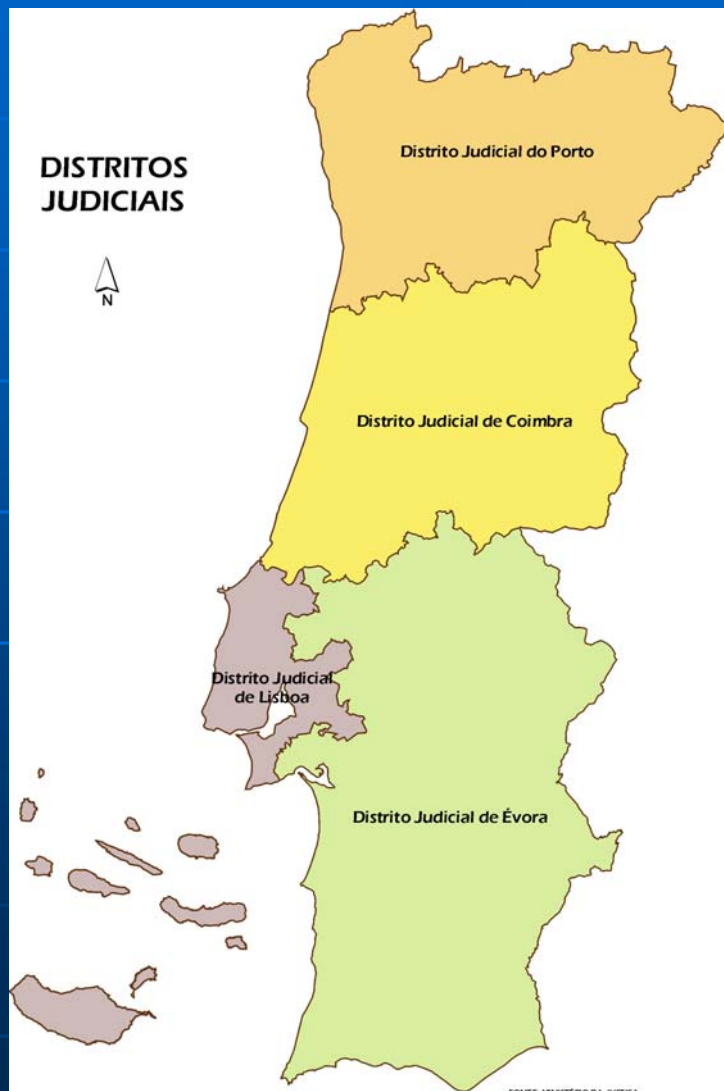
## 2. Porque deve mudar o mapa judiciário?

Porque o mapa judiciário está desajustado face ao movimento processual existente, favorecendo a emergência de assimetrias de eficiência



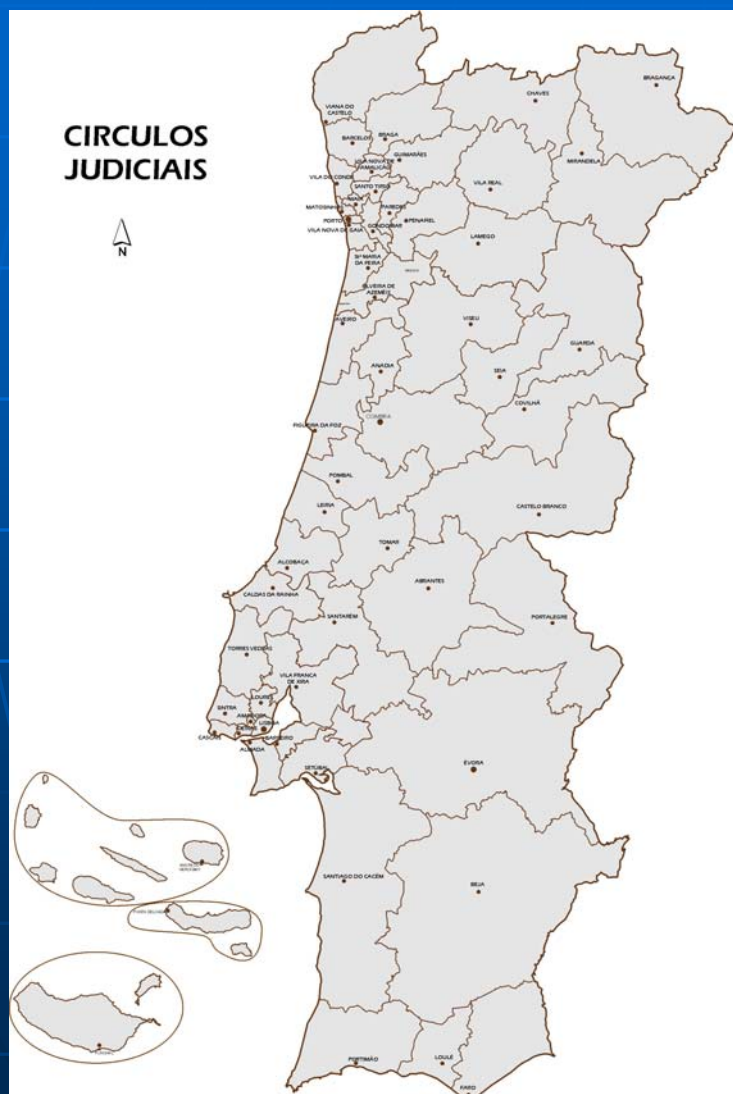
## 2. Porque deve mudar o mapa judiciário?

Porque a geometria variável da administração pública pode prejudicar a gestão estratégica e integrada do território



## 2. Porque deve mudar o mapa judiciário?

Porque a geometria variável da administração pública pode prejudicar a gestão estratégica e integrada do território

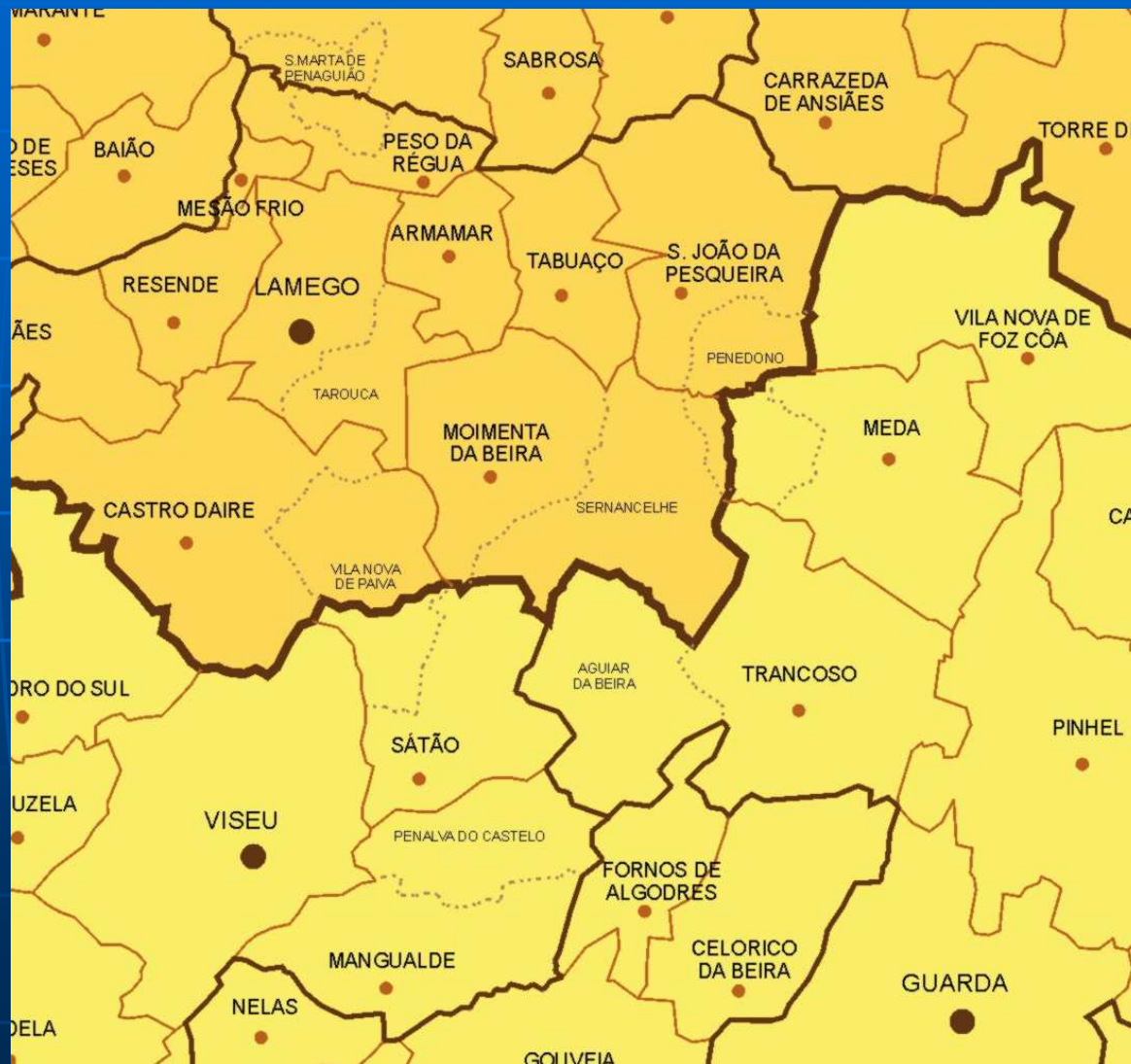


NUT III



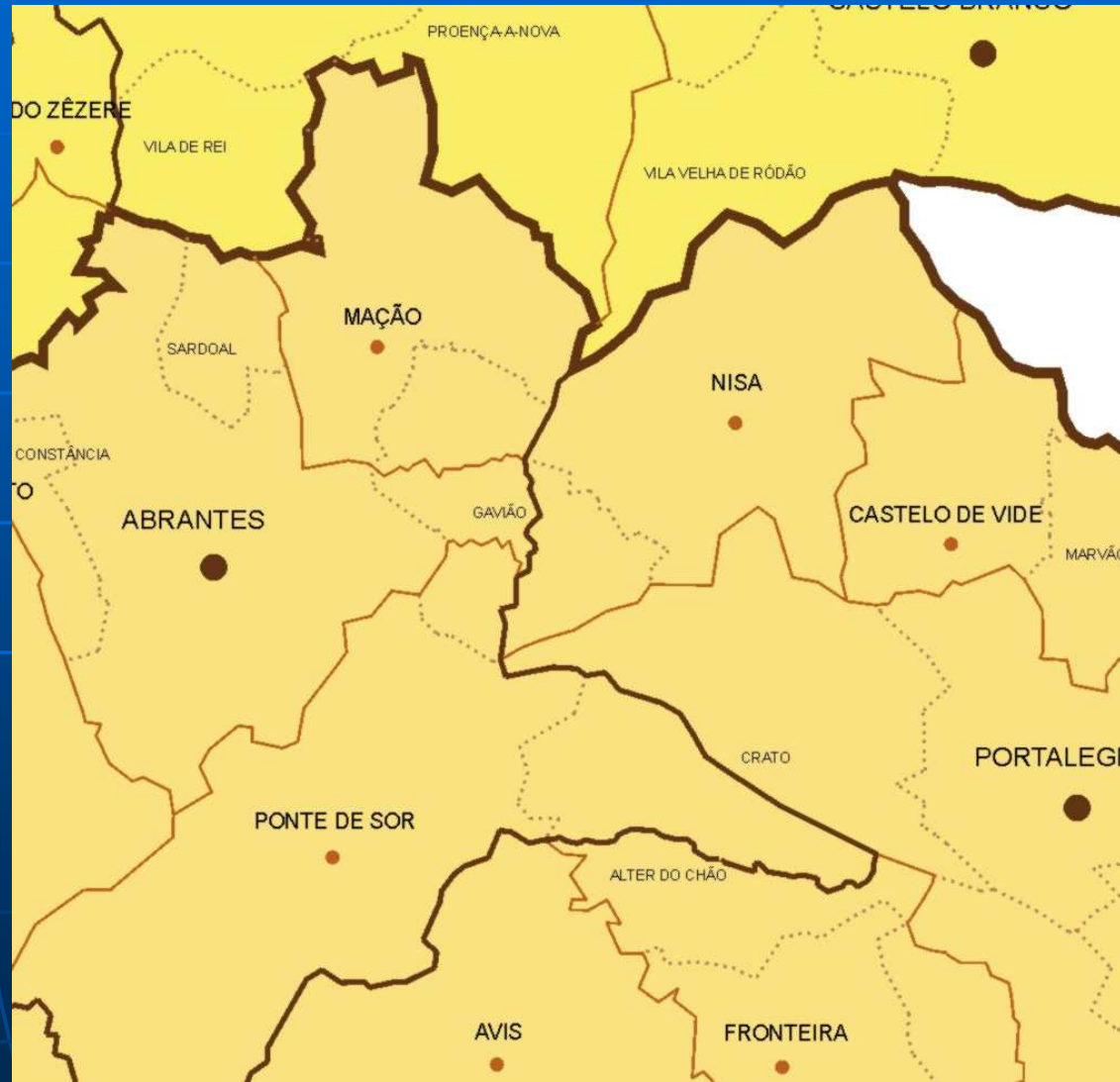
## 2. Porque deve mudar o mapa judiciário?

Porque a geometria variável da administração pública pode prejudicar a gestão estratégica e integrada do território



## 2. Porque deve mudar o mapa judiciário?

Porque a geometria variável da administração pública pode prejudicar a gestão estratégica e integrada do território



### 3. Como deve mudar o mapa judiciário?

### 3. Como deve mudar o mapa judiciário?

#### Relendo o PNPT: Objectivos estratégicos

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 1 – *Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos*

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 2 – *Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu e global*

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 3 – *Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e à coesão territoriais*

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 4 – *Assegurar a equidade territorial no provimento de infra-estruturas e de equipamentos colectivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social*

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 5 – *Expandir as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública*

OBJECTIVO ESTRATÉGICO 6 – *Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições*

Fonte: PNPT

### 3. Como deve mudar o mapa judiciário?

#### **4.9. Planear e implementar uma rede integrada de serviços de Justiça, definindo a distribuição e implantação geográfica dos equipamentos públicos de Justiça, nomeadamente tribunais, julgados de paz, conservatórias, prisões e centros educativos**

*Num quadro de coesão nacional e de promoção de valores de uma Justiça mais eficiente e próxima dos cidadãos, o Estado deve implementar o modelo de rede nacional que garanta a equidade de acesso, sustente e impulsione a eficácia da resposta judicial e de resolução de litígios, e promova o desenvolvimento económico e social.*

*A estruturação territorial das redes da Justiça deve ser enquadrada por princípios de racionalização e proximidade, tendo em vista um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e o ajustamento da capacidade de oferta às necessidades da procura real e perspectivada de meios de resolução de litígios e de meios auxiliares da Justiça.*

#### **MEDIDAS PRIORITÁRIAS**

- Implementar a reforma do Mapa judiciário – rede de tribunais, promovendo o seu ajustamento ao movimento processual existente (2006-2009).
- Desenvolver e reforçar a rede de julgados de paz e de centros de mediação e arbitragem, de modo planeado, articulado e complementar com a rede de tribunais (2006-2009).
- Desenvolver os conceitos de mapa de reinserção social, designadamente aumentando o número de centros educativos por todo o país, de mapa penitenciário e de rede de laboratórios médico-legais, promovendo-se a disseminação nacional e regional de serviços da Justiça (2006-2009).
- Reorganizar e modernizar a rede de balcões das conservatórias, reestruturando todo o sistema dos registos, com o objectivo de prestar um serviço de melhor qualidade, mais célere e mais barato ao cidadão e às empresas (2006-2009).

Fonte: PNPOT



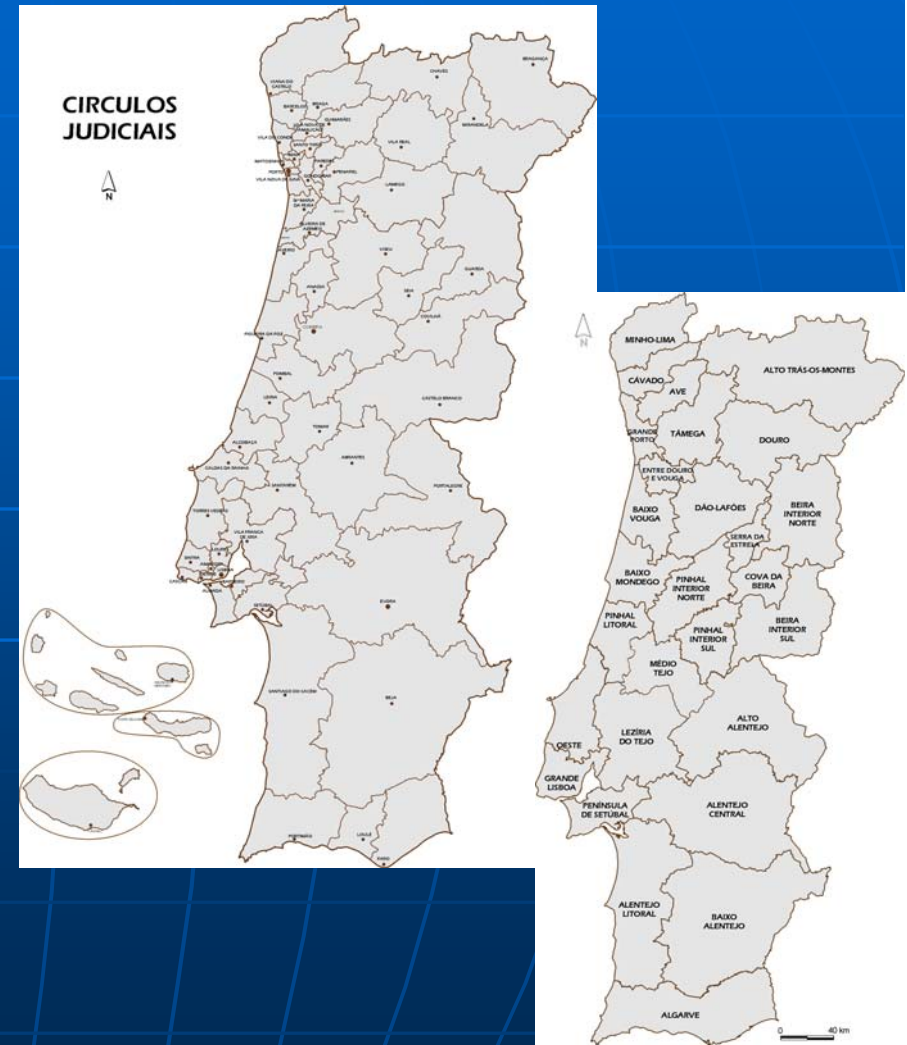
### 3. Como deve mudar o mapa judiciário?

## Algumas hipóteses de trabalho ...

- Promover o ajustamento dos territórios judiciários às NUT II e III
- Privilegiar processos de subsidiariedade na sediação de tribunais, tendo em atenção algumas determinantes do desenvolvimento do sistema territorial e urbano
- Promover eventuais reajustamentos locais das circunscrições judiciárias em função de movimentos processuais

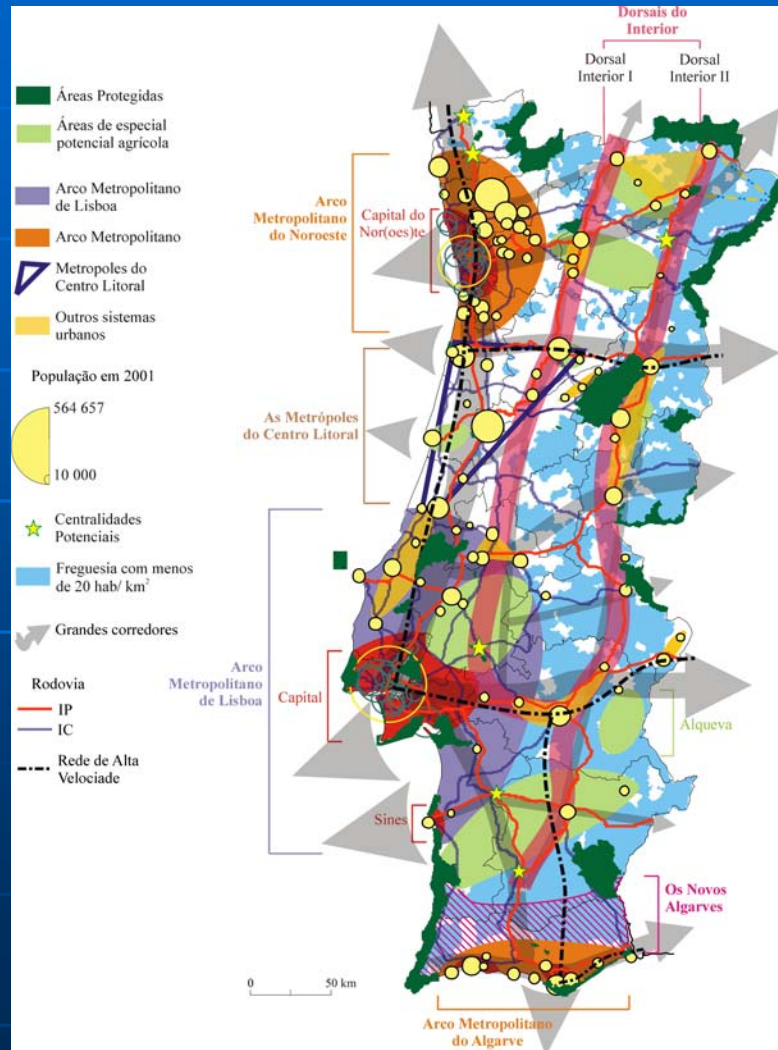
### 3. Como deve mudar o mapa judiciário?

Promover o ajustamento dos territórios judiciários às NUT II e III

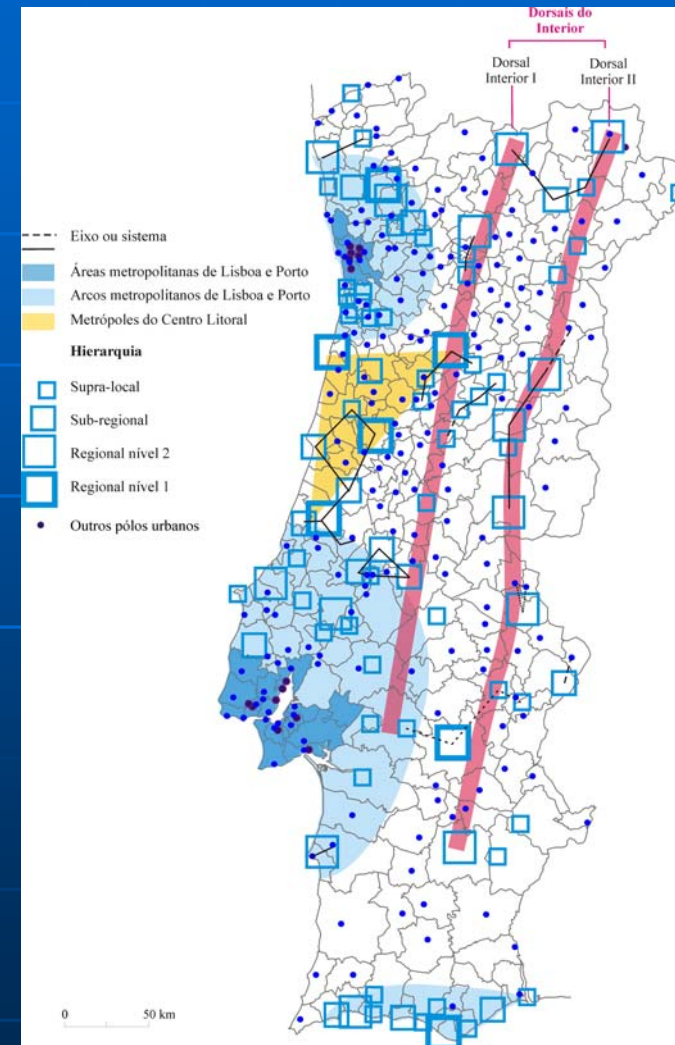


### 3. Como deve mudar o mapa judiciário?

Privilegiar processos de subsidiariedade na sediação de tribunais, tendo em atenção algumas determinantes do desenvolvimento do sistema territorial e urbano



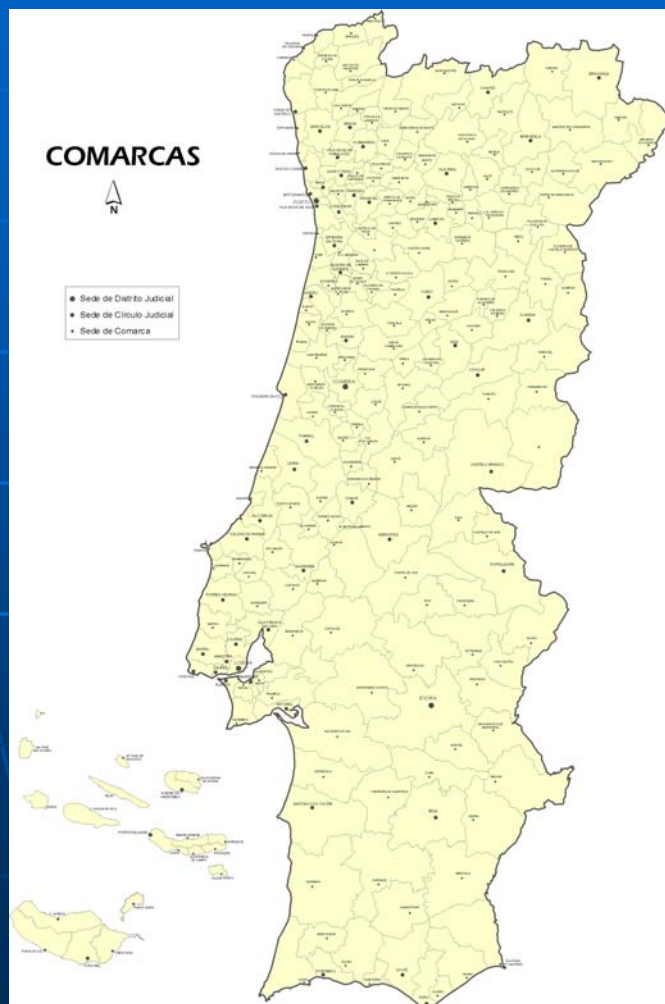
Fonte: PNPOT



Fonte: PNPOT

### 3. Como deve mudar o mapa judiciário?

Promover eventuais reajustamentos locais das circunscrições judiciais em função de movimentos processuais



Territórios da Justiça: um mapa judiciário para o século XXI  
28 de Junho de 2006    Auditório da Culturgest - Lisboa

# O Ordenamento do Território Nacional: Desafios para a Justiça

*José Manuel Simões*

*Geógrafo*

*Professor e Investigador da Universidade de Lisboa*

*Consultor de Planeamento Territorial*